

FÓRUM DAS LICENCIATURAS UFSC: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ATUALIDADE

Carolina Orquiza Cherfem¹

Jocemara Triches²

Ivandro Carlos Valdameri³

RESUMO

Este trabalho apresenta os avanços e desafios vivenciados no âmbito do Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como instância que visa aproximar e articular os 36 cursos de licenciatura em nossa instituição, bem como debater o sentido da formação docente na atualidade. O Fórum é um órgão propositivo e consultivo que congrega múltiplos atores sociais envolvidos com a formação de professores/as, tais como servidores docentes e técnicos, estudantes, representantes de entidades da sociedade civil, sindicatos e trabalhadores da educação das redes estaduais e municipais. Tem como princípios o pluralismo acadêmico, a defesa da escola

¹ Professora pedagoga, Dra. em Educação, vinculada do Departamento de Educação do Campo (EDC), presidente do Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), carolina.cherfem@ufsc.br.

² Professora pedagoga, Dra. em Educação, vinculada ao Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED) e vice-presidente do Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), jtriches.ufsc@gmail.com.

³ Graduado em Ciências Sociais, é Técnico em Assuntos Educacionais, como servidor Técnico-administrativo em Educação (TAE/UFSC) e membro da equipe gestora do Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas da UFSC, ivandro.valdameri@ufsc.br.





pública, a valorização dos profissionais da educação e a articulação da Universidade com a sociedade. Neste artigo pretende-se discutir as ações do Fórum, tais como a construção coletiva de uma política institucional de formação de professores/as para fazer frente às constantes alterações promovidas nas políticas curriculares nacionais para as licenciaturas; debates em torno da curricularização da extensão; organização de eventos que buscam debater sobre os desafios nacionais e internos da formação de professores; e o projeto de extensão que objetiva o fortalecimento das licenciaturas perante à comunidade. O Fórum possui uma relevância histórica para as licenciaturas da UFSC, mas teve dificuldade de atuação durante um longo período, retomando de forma mais ativa em 2019, momento que exigiu uma organização coletiva das Universidades diante da necessidade de construir propostas autônomas de formação de professores. Os principais resultados da articulação do Fórum indicam a necessidade de construção de uma política institucional capaz de sistematizar as propostas da UFSC em torno da formação de professores coerente com a defesa da escola pública de qualidade e resistir aos ataques do projeto neoliberal contra a educação. Também aponta para a busca do fortalecimento das licenciaturas e da realização de diálogos e debates coletivos.

Palavras-chave: Fórum das Licenciaturas, Formação de Professores, Escola Pública, UFSC.

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste relato o trabalho realizado pelo Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas (CGFL) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como instância que visa aproximar e articular os 36 cursos que formam professores em nossa instituição, bem como debater o sentido da formação docente na atualidade. Para tanto apresentamos uma breve contextualização da situação da formação de professores no Brasil, as principais características de nossas licenciaturas e, na sequência, alguns apontamentos do trabalho desenvolvido pelo referido Comitê, com os avanços e os desafios.

Objetivamos compartilhar nossa experiência na perspectiva do fortalecimento dos fóruns de licenciaturas na rede pública de ensino superior como um meio possível e necessário para a consolidação da formação de professores e para fazer frente e resistir a tantas discontinuidades e desmontes da formação.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

É indiscutível que a qualidade da educação nacional passa também pela formação dos/as docentes. No Brasil a formação de professores/as para atuar na Educação Básica é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394, de 20





de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), em seu Art. 62, que estabelece a formação em nível superior em cursos de licenciatura como requisito mínimo para o exercício profissional, mas permite como excepcionalidade, no âmbito da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a atuação de profissionais formados/as em curso normal de nível médio (antigo magistério), desde que ausentes licenciados/as em Pedagogia.

Apesar de o Art. 87 da LDBEN ter estabelecido o prazo de 10 anos para que todos/as os/as docentes da educação básica do país tivessem a formação em licenciatura, preferencialmente realizada em cursos presenciais, até hoje este compromisso não foi totalmente cumprido (Brasil, 1996). Conforme nos mostra o Censo da Educação Básica de 2023, dentre os 2.354.194 professores que atuavam na educação básica 84% tinham formação em licenciatura, enquanto pouco mais de 13% possuíam formação em nível médio ou fundamental (INEP, 2024a). No Sul do país 34.053 professores tinham formação de nível médio e 667 apenas o ensino fundamental.

Por sua vez, o Censo do Ensino Superior de 2023 (Inep, 2024b) nos apresentou um cenário preocupante para as licenciaturas: apenas 17% dos ingressantes nas universidades e faculdades estavam vinculados a cursos de licenciatura; na rede federal de ensino superior 25,5% dos/as acadêmicos/as estavam em licenciaturas; pelo menos 67% dos/as licenciandos/as estavam na modalidade de Educação à Distância (EaD); na rede pública a maior concentração de matrículas em cursos de licenciatura era na modalidade presencial; 66% do total das matrículas estavam em instituições de ensino superior privadas – no Sul do país chegava a 79% (Brasil, 2024); a licenciatura em Pedagogia concentrava 53,6% dos/as estudantes entre os cursos que formam professores (Brasil, 2024). Em síntese, a formação de professores no Brasil tem se dado, majoritariamente, pelo setor privado, na modalidade EaD e no caso dos cursos de graduação presenciais da rede pública as licenciaturas não são prioridades institucionais e nem são os cursos mais procurados.

Em termos de políticas para formação de docentes, além das definições da LDBEN (Brasil, 1996), tivemos nesses últimos 25 anos cinco diretrizes curriculares nacionais para as licenciaturas (Brasil, 2002; 2006; 2015; 2019; 2024) que geraram, de um lado, muitas polêmicas, descontinuidades e confusões, e, de outro, evidenciaram a arena de interesses e disputas que cercam à formação. Ademais, acrescentamos, outras políticas trouxeram implicações para as licenciaturas, tais como: os Planos Nacionais de Educação (Brasil, 2014; 2024); a Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que trata da curricularização da extensão no ensino superior (Brasil, 2018); e, mais recentemente, o programa do governo federal,





lançado em janeiro deste ano, denominado “Mais Professores para o Brasil” que promete “promover a valorização e a qualificação do magistério da educação básica e o incentivo à docência no Brasil” (Brasil, 2025a), tendo como uma das ações “Bolsa de incentivo para estudantes com alto desempenho no Enem que escolherem cursos que formam professores” – este programa tem sido chamado de “Pé-de-Meia Licenciaturas”⁴ (Brasil, 2025b).

O quadro descrito até aqui, bem como o projeto formativo de docentes em andamento, não pode ser descolado do contexto político e econômico do país e dos interesses do capital, com efeitos nocivos para a (con)formação da classe trabalhadora (Triches, 2018). Evangelista, Tilton e Chaves (2025, p. 6), ao relacionarem as recentes políticas lançadas ou em negociação do governo federal, afirmam que:

O reconhecimento das necessidades dos professores é mencionado no Eixo V [PNE de 2024], o que não significa que, ao ser posto em andamento o novo PNE, sua realização de fato venha a ocorrer. Importa avaliar que tais enunciados produzem, em grande medida, mesmo em uma conjuntura de “austericídio fiscal”, algum grau de apaziguamento das almas daqueles que, subservientes às demandas do capital, oferecem a seu favor a controversa justificativa de termos um “governo em disputa” e uma luta contra o protofascismo. Os professores – na briga de foice – estão encurralados pelos interesses do capital, e faz parte desses interesses a sua degradação e a daqueles que formam e formarão a classe trabalhadora. O seu quinhão dos recursos públicos tem sido cada vez menor e fictício; a política oficial sempre o alçará aos cumes das montanhas, enquanto, objetivamente, o fará viver a seus pés.

Quem está à frente da formação de professores em instituições de ensino superior federais tem sentido diariamente os efeitos da precarização, do “austericídio fiscal” e da pressão de ser demandado a implementar políticas impositivas, contraditórias e, algumas delas importantes, mas sem as condições objetivas para tal.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UFSC⁵

⁴ Trata-se de mais um dos programas limitados, meritocrático e privatistas do MEC, voltado apenas para alguns estudantes que ingressaram nas licenciaturas via SISU, podendo estar matriculados em instituições públicas ou privadas. Segundo informações do MEC, “O Pé-de-Meia Licenciaturas consiste em um auxílio financeiro de R\$ 1.050 para estudantes com alto desempenho no Enem que optarem por cursos presenciais de licenciatura. Desse total, o estudante poderá sacar R\$ 700, enquanto os outros R\$ 350 serão depositados em uma poupança e poderão ser sacados após o professor ingressar na rede pública de ensino em até cinco anos após a conclusão do curso. No





A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sede em Florianópolis, foi criada em dezembro de 1960 como Universidade de Santa Catarina e em 1965 reconhecida com o nome atual. A formação de professores nesta Instituição se dá desde o início da sua história, com a criação do Centro de Ciências da Educação (UFSC; CED, 2023; SCHEIBE, 1994). Nossa Universidade foi a única representante da rede federal de ensino no estado até o ano de 2009⁶.

A UFSC está organizada em cinco *campi* (Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville), mas em apenas dois há cursos de licenciatura (Florianópolis e Blumenau). Segundo números divulgados em setembro de 2024 pelo Departamento de Gestão da Informação (DPGI/SEPLAN) a UFSC possuía até 2023: 26.265 matrículas na graduação (97% em cursos presenciais); 13.137 matrículas na pós-graduação; 1.235 estudantes na educação básica (no Colégio de Aplicação e no Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI); 2.538 servidores docentes; 2.928 servidores técnicos administrativos (UFSC, 2024).

Possui 122 cursos de graduação, sendo 109 na modalidade presencial e 13 à distância. As licenciaturas correspondiam a 30% dos cursos de graduação da UFSC. São 36 cursos com licenciatura, nas mais diversas áreas, distribuídos em sete Centros de Ensino, fixados em Florianópolis (com 25 cursos de licenciatura), em Blumenau (3 licenciaturas) e oito licenciaturas na modalidade EaD (algumas institucionalizadas e outras via edital da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFSC)⁷. Algumas das nossas licenciaturas possuem mais de um código, por oferta em turno ou modalidades diferentes.

Dessas licenciaturas praticamente a metade estão organizadas desde o início com o grau de licenciatura. A outra metade funciona como Área Básica de Ingresso (ABI), portanto,

total, são ofertadas até 12 mil bolsas [sic!]" (Portal de Notícias do MEC, 29/01/2025, disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/pe-de-meia-licenciaturas-proximos-passos-para-participar>)

⁵ Nesta parte trazemos contribuições da pesquisa de iniciação científica PIBIC/UFSC (2022-2023) do acadêmico Angelo Henrique Goldoni Puntel, licenciando em História, orientado pela Prof^a Dra. Jocemara Triches.

⁶ Hoje, além da nossa Instituição, temos mais três instituições federais que formam professores – a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no oeste do Estado, e dois Institutos Federais (IFSC e IFC).





a primeira parte da formação é comum para todos/as os/as estudantes e, posteriormente, estes escolherão pela continuidade na licenciatura ou no bacharelado. Quanto ao turno de oferta a situação é bem variada, não tendo predominância significativa em um dos turnos – isso representa um dos desafios para a atratividade, acesso e permanência em muitos cursos.

Entre os cursos listados, três licenciaturas apresentam uma proposta pedagógica diferenciada estando organizados pela Pedagogia de Alternância, com tempo dedicado à formação na universidade e outro no tempo comunidade – graduação em Educação do Campo, a Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e a Educação Escolar Quilombola (ainda não iniciado).

O ingresso nos nossos cursos se dá, principalmente, por vestibular próprio organizado por uma instância da UFSC destinada à finalidade, ou via Sistema de Seleção Unificada do MEC (SISU/MEC) a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Há também editais semestrais de transferências e retornos e editais de ingresso para vagas suplementares.

Cada curso de licenciatura da UFSC possui suas coordenadorias, colegiados e núcleo docente estruturante (NDE). Os professores desses cursos são de departamentos específicos das áreas e os diretamente envolvidos com a formação pedagógica são oriundos, majoritariamente, do Centro de Ciências da Educação, especificamente dos Departamentos de Metodologia de Ensino (MEN), responsável pelas disciplinas de didática, estágios e metodologias de ensino) e do Estudos Especializados em Educação (EED), que assume a parte de fundamentos da educação. No caso dos Cursos de Licenciatura do *campus* de Blumenau e da Educação do Campo (*campus* Florianópolis) os docentes estão lotados nos departamentos específico, ou seja, as disciplinas pedagógicas não se vinculam ao Centro de Ciências da Educação.

Quanto aos estudantes, demonstramos alguns dados de matrículas das nossas licenciaturas.

Tabela 1 - Distribuição das matrículas regulares nos cursos presenciais com habilitação de licenciatura na UFSC por área de conhecimento, novembro de 2024.⁸

Área de conhecimento	Matrículas	Porcentagem
----------------------	------------	-------------

⁷ Duas licenciaturas foram criadas em 2024 e ainda não possuem turmas em andamento, sendo o caso da licenciatura em História e da licenciatura em Educação Escolar Quilombola.



CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	723	15,99
CIÊNCIAS SOCIAIS	349	7,72
EDUCAÇÃO DO CAMPO	94	2,08
EDUCAÇÃO FÍSICA	239	5,29
FILOSOFIA	127	2,81
FÍSICA	134	2,96
GEOGRAFIA	304	6,72
HISTÓRIA	431	9,53
INTERCULTURAL INDÍGENA	40	0,88
LIBRAS	65	1,44
LÍNGUA PORTUGUESA	450	9,95
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	348	7,70
MATEMÁTICA	252	5,57
PEDAGOGIA	382	8,45
PSICOLOGIA	464	10,26
QUÍMICA	119	2,63
TOTAL	4521	100,00

Fonte: Produzido por Ivandro Carlos Valdameri a partir do cadastro de matrículas do CAGR - SETIC/UFSC.

Sobre a variedade das matrículas nas licenciaturas da UFSC é preciso cautela na análise uma vez que há cursos como menos tempo de existência; alguns possuem dois códigos, portanto, mais turmas; temos vários que são ABI e, portanto, os estudantes não definem desde o início para qual habilitação seguirão; e, ainda, temos a situação especial da licenciatura em psicologia - que é um dos cursos mais concorridos da UFSC. Retomaremos essa questão na sequência, pois representa um dos desafios para o nosso Fórum das Licenciaturas.

O FÓRUM DAS LICENCIATURAS: HISTÓRICO, AVANÇOS E DESAFIOS

O Fórum das Licenciaturas da UFSC é um órgão propositivo, consultivo e autônomo, mas vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Congrega múltiplos sujeitos envolvidos com a formação de professores/as na UFSC. Em seu regimento atual, aprovado pela Resolução Normativa nº 179/2023/CUn, de 05 de abril de 2023⁹, prevê como princípios o

⁹ Nos dados apresentados não foram desconsideradas as matrículas trancadas em cada curso.



pluralismo acadêmico, a interdisciplinaridade, a defesa da escola pública, a valorização dos profissionais da educação e a articulação da Universidade com a sociedade.

O Fórum existe desde a década de 1990, oscilando com períodos de intensas atividades e outros períodos de entorpecimento. Ao longo da sua história teve grande relevância e influência nas licenciaturas da UFSC, para as instituições formadoras da região e, inclusive, no movimento nacional de educadores (Scheibe, 1994). Um marco desta atuação foi a aprovação da Resolução nº 005/CEG/2000, de 27 de setembro de 2000, com “Normas para a estrutura curricular e acadêmica dos cursos de licenciatura da UFSC”, que foi ao encontro das proposições da Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) – na ocasião a UFSC tinha 20 cursos de licenciaturas (UFSC, 2000; Scheibe, 1994). Esta Resolução representava um movimento de resistência à política de formação de professores proposta pelo então governo federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e às políticas neoliberais em curso no país a partir dos anos de 1990.

Após um longo período de silenciamento e dificuldade de mobilização o Fórum retomou sua atuação a partir do ano de 2019, momento que exigiu uma organização coletiva das universidades diante da necessidade de construir propostas autônomas de formação de professores, fazendo frente e resistência à Resolução CNE/CP n. 2/2019 (Brasil, 2019). Ademais, é preciso registrar que a conjuntura política e econômica do país de 2000 a 2019 e a forma de organização do Fórum, previsto no regimento interno de 2015 (UFSC, 2015), foram fatores que atrapalharam seu funcionamento, inclusive pela falta de representatividade dos Cursos no Comitê Gestor.

O objetivo do Fórum das Licenciaturas é promover reflexão, análise, proposição e articulação de ações e programas para a formação e a profissionalização docente, envolvendo diferentes instituições, coletivos e sujeitos deste processo. Também é uma instância que visa

⁹ Um dos primeiros regimentos do Fórum das Licenciaturas data de 1996, com a Resolução Normativa n. 038/CEPE/96, de 11 de julho de 1996; posteriormente foi atualizada com a Resolução n. 60/CUn/2015, de 25 de agosto de 2015 e agora pelo documento supracitado, que está disponível na *homepage* do Fórum - https://portallicenciaturas.paginas.ufsc.br/files/2023/09/regimento_forlicen.pdf



aproximar e articular os cursos de licenciatura existentes na UFSC. Em outras palavras, o Fórum tem por finalidade fortalecer a formação de professores em nossa Instituição e articular questões internas e externas envolvendo as licenciaturas.

Em sentido amplo o nosso Fórum é constituído por todas as pessoas vinculadas com e interessadas pela formação inicial e continuada de professores. Mas operacionalmente se organiza por meio de um Comitê Gestor (CGFL), que corresponde a uma instância executiva, podendo contar com a assessoria de comissões especiais para o desempenho de aspectos específicos de suas funções. O Comitê Gestor é composto da seguinte forma: a) um representante docente de cada curso de licenciatura da UFSC, indicado pelas coordenações dos cursos após consulta aos respectivos colegiados; b) a coordenadora/o coordenador de estágios do Departamento de Metodologia de Ensino (MEN/CED); c) um representante do Colégio de Aplicação; d) um representante do Núcleo de Desenvolvimento Infantil; e) um representante dos servidores técnico-administrativos com atuação na área pedagógica; f) um representante dos cursos de licenciatura na modalidade EaD não institucionalizados; g) dois representantes discentes regularmente matriculados em cursos de licenciatura da Universidade, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes; h) um representante da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Básica; e i) um representante da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade.

Com exceção de casos pontuais, essa representatividade tem se mostrado efetiva no funcionamento do Fórum e, sem dúvida, é um aspecto positivo da nossa organização nesses últimos anos. Os membros participantes do Comitê Gestor se reúnem mensalmente, convocados por uma coordenação coletiva, formada, atualmente, por uma presidente, uma vice-presidente e um técnico administrativo – autores deste texto.

Nas reuniões mensais do fórum são debatidos temas relevantes e as demandas para as licenciaturas da UFSC. No último ano foram pautados os seguintes tópicos: 1) a construção coletiva de uma política institucional de formação de professores/as (atualizando a orientação que temos desde o ano 2000) que dialoga, mas também resiste às constantes alterações promovidas nas políticas curriculares nacionais para as licenciaturas, sobretudo a partir do ano de 2019. Esta é uma temática atual e fundamental na qual temos nos debruçados em um intenso trabalho, ainda não concluído; 2) debates em torno da curricularização da extensão; 3) organização e implementação de um projeto de extensão que objetiva o fortalecimento das licenciaturas perante à comunidade; 4) integração entre os cursos de licenciatura da UFSC; 5) criação de estratégias de aproximação entre a universidade e escolas de educação básica; 6)



organização e realização das plenárias anuais do Fórum, realizadas na UFSC; 7) estudo e debates sobre políticas que afetam (in)diretamente nossos cursos ou que estão na ordem de discussão na universidade – PIBID, residência pedagógica, ENADE, programa Pé-de-Meia Licenciaturas, o ingresso e a evasão dos estudantes da UFSC etc.

Para além das reuniões mensais do CGFL, realizamos um evento anual chamado de Plenária do Fórum das Licenciaturas, prevista do calendário letivo da UFSC, com o objetivo de debater com a comunidade em geral sobre os desafios nacionais e internos da formação de professores na atualidade. Nos últimos anos, foram organizadas quatro plenárias com as temáticas: “Os rumos das licenciaturas no Brasil: o futuro da docência em pauta” (2021, online); “Desafios à formação e ao trabalho de professoras/es: implicações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC da Educação Básica”¹⁰ (2022, híbrida); “Reformas curriculares e seus impactos na Educação Básica, na formação e no trabalho docente” (2023, presencial); “Política nacional e institucional de formação de professores: que formação defendemos?” (2024, presencial). Especialmente nas duas últimas conseguimos uma participação expressiva da comunidade universitária, mas, ainda precisamos avançar na articulação com a rede de educação básica.

Um problema que se faz presente na UFSC diz respeito à dificuldade em conseguir alcançar maior noção de pertencimento e identidade com as licenciaturas entre as pessoas dos diversos cursos. Em parte, isso se deve à grande heterogeneidade nas maneiras como os currículos estão estabelecidos – alguns como “licenciaturas puras”; outros como ABI; outros pela formação plena – casos pontuais que ainda formam de maneira integrada para os dois graus, licenciatura e bacharelado; pela diferenciação entre a modalidade de cursos presenciais e em EaD etc. A própria organização departamentalizada, como é a nossa, dificulta para que haja responsabilização adequada quanto às questões pertinentes às licenciaturas. Construir estratégias para superar o “departamentalismo” e criar um ambiente de envolvimento e

¹⁰ Nesta plenária discutiu-se uma minuta de política institucional de formação docente, atualizando a de 2000. O trabalho iniciado pela comissão que apresentou esta minuta está sendo retomado por nova comissão, formada em 2024, e representa uma das pautas principais em andamento no Fórum.





comprometimento para o maior número possível de profissionais e discentes das diversas áreas tem sido uma meta em nosso Fórum.

Por outro lado, em boa medida temos obtido avanços nesses pontos nos últimos quatro anos, tanto pela participação nos debates e espaços de construção coletiva de propostas, quanto pela quantidade e complexidade das questões trazidas ao espaço coletivo das plenárias, reuniões ordinárias do comitê e encontros temáticos.

Outro desafio generalizado em todo o país diz respeito à baixa atratividade exercida junto aos estudantes que pretendem ingressar na universidade. Na UFSC isso se repete. Focando em retrospectiva podemos notar que, em média, nas últimas duas últimas décadas, houve uma redução de mais de 50% nas relações candidatos/vagas dos vestibulares para os cursos com habilitação em licenciaturas na UFSC.

O quadro se agrava quando olhamos cada um dos cursos em particular. A metade das licenciaturas da UFSC que recrutaram estudantes pelo vestibular regular a partir de 2022 não alcançaram sequer a proporção de um candidato por vaga. Neste quesito é preciso lembrar dos dados apontados no início do texto que temos vivenciado como tendência no país, a concentração de matrículas em cursos EaD e o desestímulo à docência por falta de valorização da profissão. Ainda que este não seja um problema só das licenciaturas, fato é que nesses cursos chegou-se a patamares críticos, a ponto de o Governo Federal começar a gestar políticas públicas específicas visando incentivar a formação de novos professores.

Além das dificuldades envolvendo o preenchimento das vagas no ingresso, ainda é preciso levar em conta a grande evasão de alunos que, pelos mais variados motivos, desistem ou são obrigados a desistir dos estudos, principalmente por falta de condições de permanência na universidade.

No que toca à pequena e decrescente demanda por nossos cursos, o Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas tem atuado buscando compreender o fenômeno e construir propostas institucionais que tornem as licenciaturas mais atrativas. Nessa direção criamos um projeto de extensão, que está no início das suas atividades, chamado “Profe sim, por que não?”. Nosso objetivo é difundir as licenciaturas entre estudantes do Ensino Médio e da EJA através de intervenções junto às escolas e nas mídias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os principais resultados da articulação do Fórum indicam a necessidade de construção de uma política institucional capaz de sistematizar as propostas da UFSC em torno da formação de professores, coerente com a defesa da escola pública de qualidade e de resistir aos ataques do projeto neoliberal contra a educação. Também aponta para a busca do fortalecimento das licenciaturas e da realização de diálogos coletivos.

Ademais, consideramos de fundamental importância a constituição de fóruns de licenciaturas em todas as IES, como estratégia de articulação interna e fortalecimento da formação de professores. São muitas as demandas a serem encaradas de frente por cada curso de licenciatura, mas sem dúvidas enfrentá-las de forma conjunta faz aumentar as chances de sucesso em nome de projetos mais coletivos. Nas palavras de Raul Seixas, “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só. Mas, sonho que se sonha junto é realidade”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto, 1996.

BRASIL. PROFESSORES Pé-de-Meia Licenciaturas: próximos passos para participar. **Portal de notícias MEC.** Publicado em 29/01/2025, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/pe-de-meia-licenciaturas-proximos-passos-para-participar>

BRASIL. Programa Mais Professores para o Brasil. *Homepage.* Portal MEC. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores>

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2002

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2015a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49 Brasília: CNE, 2019a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília: CNE, 2024.





BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: CNE, 2018.

BRASIL; Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. 2006b. Diário Oficial da União, Brasília, 16 mai. 2006b, Seção 1, 11p.

BRASIL; Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. 2006b. Diário Oficial da União, Brasília, 16 mai. 2006b, Seção 1, 11p.

EVANGELISTA, Olinda; TITTON, Mauro; CHAVES, Priscila Monteiro. Formação e trabalho docente no terceiro governo Lula: novas políticas, velho alvo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 45, e289823, 2025. <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ZZV4GybcTL4VdHXxMhwJYp/?format=pdf&lang=pt>

INEP. Censo da Educação Superior de 2023. Divulgação dos resultados. Brasília 03/10/2024. Brasília: INEP, 2024b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023.** Brasília: Inep, 2024a.

PUNTEL, Angelo Henrique Goldoni. **CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFSC. Relatório de Pesquisa PIBIC/UFSC/CNPq (2022-2023).** Fpolis: UFSC, 2023.

SCHEIBE, Leda. Para repropor a prática de formação de professores na UFSC. *Perspectiva*, ano 12, n. 21, Janeiro-Julho de 1994, Fpolis: UFSC, 1994.

TRICHES, Jocemara. Formação Docente em Cursos de Pedagogia: questões em torno da agenda do capital. In: Olinda Evangelista; Allan K. Seki. (Org.). *Formação de Professores no Brasil: leituras a contrapelo*. 1ed. Araraquara: Junqueira e Marin, 2017, v. 1, p. 233-274.

UFSC. Resolução nº 005/CEG/200027 de setembro de 2000. Normas para a estrutura curricular e acadêmica dos cursos de licenciatura da UFSC. Fpolis: CEG/UFSC, 2000. Disponível em: <https://cienciasbiologicas.paginas.ufsc.br/files/2012/04/Res05CEG2000.pdf>

UFSC. Resolução Normativa Nº 179/2023/CUn, DE 5 DE ABRIL DE 2023. Aprova o novo Regimento Interno do Fórum das Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Catarina, revogando a Resolução Normativa nº 60/CUn/2015, de 25 de agosto de 2015. Fpolis: CUn/UFSC, 2023. Disponível em: https://portallicenciaturas.paginas.ufsc.br/files/2023/09/regimento_forlicen.pdf

UFSC. Resolução Normativa Nº 60/CUn/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015. Aprova o Regimento Interno do Fórum das Licenciaturas da Universidade Federal de Santa Catarina. Fpolis: CUn/UFSC, 2015. Disponível em: https://conselhouniversitario.paginas.ufsc.br/files/2023/04/Resoluc%C3%A3o_Normativa_60_F%C3%B3rumLicenciaturas.pdf

UFSC. **UFSC EM NÚMEROS - 2014 A 2023 (DPGI/SEPLAN/UFSC).** Florianópolis: SEPLAN, 2024. Disponível em: <https://dplseplan.paginas.ufsc.br/files/2024/09/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS-2014-A-2023.pdf>

